

**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE SESIMBRA REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2000**

-----Aos vinte dias do mês de Outubro de dois mil, no Auditório Conde de Ferreira, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Sesimbra sob a presidência do Sr. Carlos Manuel Gouveia Lopes, e secretariada pelos Srs. Américo Manuel Machado Gegaloto e João Paulo Marques Dionísio, Primeiro e Segundo Secretários, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal;**-----
- 2. Lançamento da Derrama sobre a colecta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) para o ano 2001;**-----
- 3. Telegestão do Sistema de água do Concelho de Sesimbra - Repartição de encargos;** -
- 4. Celebração de Contrato-Programa entre a Câmara Municipal de Sesimbra e o Instituto Português do Livro e da Biblioteca;**-----
- 5. Doação de parcela de Terreno à ACRUTZ - Alteração da condição segunda da Escritura de Doação.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: Carlos Manuel Gouveia Lopes, Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos, Mário Cascais Xavier, Américo Manuel Machado Gegaloto, José Manuel Correia Maravilha, João Manuel Coelho Capítulo, Lisandro Manuel Ribeiro Trafaria, António Jorge Pinto Alves, João Paulo Marques Dionísio, Maria Aurora de Cruzeiro Álvaro de Afonso Lopes, Carlos Afonso Guerreiro da Luz e Silva, Maria da Conceição Morais Matias, João da Silva Lopes, José António Caeiro Correia, Joaquim Manuel Martelo Ferreira, Aires Patrício Fernandes Lisboa, Francisco Caupers de Sousa Alvim, José Pedro Simplício Francisco, Fernando Anjos Cheis, António Augusto Vieira Gomes, Augusto António Marques Duarte e Felix Manuel Fernandes Perneco Rapaz. -----

-----Comprovada a existência de quorum, vinte e duas presenças e duas ausências, dos Membros Carlos Filipe Pereira de Oliveira e Ana Maria Gaboleiro Santos Covacich, **o Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e duas horas. -----

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara, Amadeu Penim, do Vice-

Presidente, Manuel José Pereira, e dos Vereadores Alberto Manuel Gameiro Santos, Fernando Cristovão Rodrigues e Augusto Manuel Carapinha Pólvora. -----

-----Quanto à relação do expediente recebido desde a realização da última sessão, **o Presidente da Assembleia Municipal** informou que fora enviado a todos os Membros e o mais recente fora distribuído no início da sessão. -----

-----Sobre o mesmo perguntou ao Plenário se desejava algum esclarecimento adicional, tendo usado da palavra o Membro José Pedro Simplício Francisco dizendo que na reunião da Comissão "B" realizada ontem, dia 19 de Outubro, fora solicitado ao Vereador Cristovão Rodrigues documentação adicional sobre o ponto 4 da Ordem de Trabalhos - "Celebração de Contrato-Programa entre a Câmara Municipal de Sesimbra e o Instituto Português do Livro e da Biblioteca". Pelo mapa do expediente recebido verificava que essa correspondência dera entrada pelo que solicitava que ela fosse distribuída quanto antes. -----

-----**O Presidente da Assembleia** respondeu que de facto aquela documentação havia sido fotocopiada e seria de imediato distribuída. -----

-----Não havendo mais questões quanto ao expediente o **Presidente da Assembleia Municipal** deu em seguida início ao "**Período de Antes da Ordem do Dia**" tendo usado da palavra o **Membro Carlos Afonso** que perguntou ao Presidente da Câmara se Sesimbra se tinha candidatado ao programa POLIS uma vez que estavam inseridos neste programa avultados e significativos meios financeiros em termos de ordenamento, planeamento e embelezamento das cidades e das vilas. Se Sesimbra não se candidatara gostava de saber porquê. -----

-----Outra questão tinha a ver com algum mau relacionamento entre colectividades da terra, mais concretamente entre o Grupo Desportivo de Sesimbra e o Grupo Desportivo de Alfarim. -----

-----Partindo do princípio que a Câmara ajudava, e bastante, todas as colectividades do Concelho em termos financeiros e não só, mas também sabendo que a Câmara não tinha qualquer responsabilidade para poder intervir no movimento associativo ao nível das suas direcções, o que era um facto, era que duas das principais colectividades da nossa terra, com algum impacto no âmbito cultural e recreativo, encontravam-se de costas viradas, e isto porque atletas com idade de 16 anos, puramente amadores, para se poderem desvincular de um Grupo Desportivo era-lhes exigida participação financeira. -----

-----Quando as colectividades se filiavam e entravam em actividades desportivas federadas

mesmo ao nível deste escalão etário, haviam regras e regulamentos que se impunham, mas de facto era preocupante que chefes de família tivessem que passar cheques no valor de 135.000\$00 cada um, para desvincularem os seus filhos de uma colectividade para poderem jogar noutra e isto ao nível do futebol amador. -----

-----A intervenção da Câmara na atribuição de subsídios era muitas vezes criticada e perguntava até que ponto os subsídios atribuídos pela Câmara às colectividades não era direccionada para aquele tipo de apoio ao futebol juvenil ou pelo menos a actividades puramente amadoras. Fazia aquela pergunta porque era a dúvida que pairava no ar não só nas pessoas que tinham passado os cheques, como nos familiares, como noutros mais, e até com verbas mais avultadas. -----

-----Perguntava se a Câmara tinha conhecimento e se tinha em mente, numa oportunidade próxima, quando os recebesse, de questionar a matéria, independentemente de saber que a autarquia não tinha poderes nem provavelmente responsabilidades de intervenção, mas de facto poder-se-ia levantar a questão: para onde iam os dinheiros que a autarquia dava sem ser os dinheiros para infraestruturas, ou seja havia diversa actividade ao nível cultural ou desportivo para as quais as colectividades solicitavam o apoio da Câmara. -----

-----Usou, em seguida da palavra o **Membro João Lopes** que disse querer colocar uma questão relacionada com o sector das pescas. Seria injusto para com ele mesmo se não reconhecesse que quer a nível da Assembleia Municipal, quer a nível da Câmara Municipal existia uma preocupação em relação à situação dos pescadores e dos armadores em Sesimbra, mas se era verdade que existia esse factor de preocupação também acreditava que existia o factor de ineficácia. Era sobejamente conhecido, até pelas posições públicas do Presidente da Câmara, independentemente das demarches feitas, reuniões em Marrocos, em Bruxelas, com o Ministro A, B ou C, que o resultado, em termos práticos, era igual a zero, o que colocava o Concelho com uma significativa descaracterização e vinha precisamente ao encontro das dificuldades que ele há um ano atrás referira quer na Assembleia Municipal quer noutros locais. -----

-----A descaracterização do Concelho em relação ao sector das pescas era sobejamente conhecida quando o porto de pesca de Sesimbra, considerando que nesta última década estivera, nalgumas situações como o primeiro porto, quer em termos de produção, quer em termos de valor de pescado, hoje, em termos de estatística, ocupava o nono lugar. -----

-----Descaracterização também porque se encontrava um número significativos de barcos que

estavam amarrados à muralha.-----

-----Descaracterização também porque existia um número significativo de pescadores e armadores que não exerciam actividade porque eram pagos para não trabalhar. Infelizmente estava-se numa sociedade em que a forma mais fácil de resolver o assunto era pagar para não se trabalhar.

-----A situação da paralisação de Marrocos provocava uma saída mensal de 150 mil contos de dinheiros públicos. Num horizonte de dez meses eram 1.500.000 contos e se tivesse tendência em aumentar era acrescentar 150 mil contos mensais em cada 1.500.000 contos que já tinham sido gastos nos dez meses que passaram.-----

-----Havia ineficácia porque tivera o cuidado de defender junto do poder central dando ideias e sugestões que não haviam sido aceites.-----

-----Na sua opinião, mesmo a haver um subsídio, não devia haver paralisação de embarcações. Os armadores e pescadores deviam continuar no activo, a experiência diria no quê e decerto se veriam os frutos. Assim como estava não era nada, pagava-se para não trabalhar e entretanto aguardava-se decisão da União Europeia para resolução do problema.-----

-----Era evidente que ele, sabendo como as coisas se processavam e sendo cidadão do país só tinha era que apresentar as suas questões nos locais próprios, e neste caso era o Governo. Era o Governo que tinha que se responsabilizar por esta situação, por todos os portugueses e neste caso por um sub-sector do sector das pescas. O Governo não o fazia e delegava na UE a resolução da questão de uma maneira que ele achava extremamente inoperante e pacífica na medida em que era conhecido que no último dia 28 de Setembro, finalmente a Comissão das Pescas a nível da Comunidade realizara a segunda reunião com uma Comissão Técnica de Marrocos, portanto a frota estava paralisada desde 1 de Dezembro de 1999, já se haviam passado quase 11 meses e só no dia 28 de Setembro de 2000 haviam decidido fazer uma segunda reunião. Agora existia a ideia que no próximo dia 30 de Outubro, possivelmente, viria uma solução, só que perguntava que tipo de solução.-----

-----Toda a gente sabia que qualquer que fosse a solução, mesmo a melhor possível para os armadores e pescadores portugueses, dificilmente iria sarar uma ferida que existia que era exactamente as consequências da paralisação em que armadores já punham a hipótese de desistir da sua embarcação, obrigava a que um conjunto de pescadores, em virtude da situação e por não terem capacidade de resistência já se haviam desvinculado do sector das pescas, e portanto face àquelas

questões e considerando ainda outras, estava-se perante um Concelho descaracterizado.-----

-----Ele, sinceramente, julgava que a nível do poder local se poderia ter feito mais, porque em qualquer uma das diligências que se fizera, em termos de resultado, fora igual a zero a soma de tudo, ou seja era a existência da esperança de que se fizesse o acordo, quando na sua opinião não se devia ter aceite a situação pacificamente para hoje se ter a esperança de que existisse um acordo. ---

-----Uma autarquia quando percebia que estava em causa os interesses da sua população devia estar ao lado dela na melhor forma de resolver o problema, e essa não fora conseguida e optara-se pelo caminho de aguardar que a União Europeia resolvesse e que houvessem conversações e entretanto já se passara um ano. -----

-----O seu desagrado em relação àquela situação era por um ano depois se estar a dizer o mesmo que já se dizia e era precisamente a preocupação de se chegar a esta altura e se estar precisamente na situação em que se estava: ou seja a continuação dos barcos parados, a continuação de armadores e pescadores fora do activo e não se sabia qual seria o futuro destas embarcações na medida em que a capacidade de resistência havia-se esgotado para muitas das pessoas, e o próprio Concelho perdera, na medida em que o sector das pescas estava descaracterizado pelas razões que já explicara.-----

-----Usou, em seguida da palavra o **Membro José Pedro Simplício** que começou por dizer que com alguma obstinação vinha intervindo sobre duas matérias, o ambiente e a cultura. Em relação ao ambiente não tinha tido muita sorte porque as respostas eram muito parcas e já não insistia muito na matéria mas em relação à cultura queria deixar dois apontamentos. -----

-----Tivera oportunidade de visitar o que presumia ser as instalações provisórias do arquivo municipal e confessava que gostara daquilo que vira, parecia-lhe que pela primeira vez estava a ser feito um trabalho no campo da sistematização, da metodologia e organização das fontes históricas e isso era importante, preenchia uma lacuna que existia até aqui e esperava que fosse um trabalho para continuar. -----

-----Dois dias depois daquele acontecimento visitara a antiga rede viária do Castelo, mais conhecida por estrada romana e contrariando aquilo que lhe fora dito há uns meses atrás nesta Assembleia, não vira sinais de actuação quer do município quer da freguesia no sentido da preservação daquele importante testemunho histórico. Gostaria de saber o que é que se passava em relação àquela matéria. -----

-----Um destes dias tivera oportunidade de ler num jornal local que as obras na Casa do Bispo iam avançar e que o espaço seria destinado ao futuro museu municipal e a dúvida que se lhe levantara fora que a Capela do Espírito Santo estava tapumada há cerca de 2 anos, estivera previsto, numa primeira fase, a instalação dos serviços da Assembleia e depois a instalação de um museu municipal. Parecia-lhe agora que havia uma alteração no destino da Capela, daí que solicitasse informação quer sobre a Casa do Bispo quer sobre a Capela do Espírito Santo.-----

-----Falou em seguida o **Membro José António** que começou por dizer que há cerca de 5 anos a Assembleia Municipal realizara uma sessão temática sobre o ambiente. Na intervenção que ele na altura fizera chamava a atenção para alguns assuntos relacionados com ambiente na Freguesia da Quinta do Conde. Felizmente muitas das situações haviam sido resolvidas, nomeadamente lixeiras e queima de pneus, mas a questão que o preocupava mais na altura era a questão da ETAR e a poluição da Ribeira de Coina até pelos maus cheiros que trazia à Freguesia. Sabia que a ETAR já funcionava e sabia que um dos problemas graves que se levantavam eram os efluentes vindos do Pinhal de Negreiros, Concelho de Setúbal e que passavam pela Ribeira. Pensava que este problema também estava resolvido porque fora ligado o emissário à ETAR, mas o que o preocupava no momento era que não obstante todas as questões benéficas para a Freguesia, algumas com o esforço do actual executivo camarário e também do anterior, mas o que era facto era que continuava a haver um caudal bastante assinalável de esgotos e não lhe pareciam domésticos pela cor bastante negra, pareciam-lhe mais esgotos industriais. Dera-se ao trabalho de tentar verificar donde vinham e concluíra que vinham do lado próximo aos furos de captação de água de Setúbal, Valflorete. Chamava a atenção do vereador responsável para o assunto e para averiguar se havia alguma empresa que estava a provocar aquela situação. Gastara-se tanto dinheiro para se despoluir a Ribeira de Coina e era muito mau não se conseguir debelar definitivamente aquele cancro.-----

-----Usou depois da palavra o **Membro Miguel Bastos** que referindo-se à intervenção do Membro Carlos Afonso sobre associativismo disse que a questão devia preocupar todos mas pensava que a autarquia não tinha que se meter nos problemas internos das associações e colectividades, era óbvio que tinha que estar atenta, como tinha que estar preocupada com todos os problemas do colectivo da nossa terra e infelizmente o que o preocupava também era que os problemas das colectividades e do associativismo não se prendiam só ao Grupo Desportivo de Sesimbra nem com ao Grupo Desportivo de Alfarim, infelizmente alastrava-se a outras

colectividades e era também grave quando atingia sistematicamente as camadas jovens e quando essas colectividades tinham que prestar serviços à colectividade sob o ponto de vista global. Pensava que o alerta era importante, mas a Câmara não era responsável pelo sector directamente. Sabia que a Câmara estava atenta e que numa ou outra situação tentara interferir junto das colectividades, não no sentido de uma intervenção na sua vida mas no sentido de uma conversa para tentar ajudar as colectividades a resolver os problemas. Se eventualmente as colectividades persistiam em tomarem atitudes que aos olhos dos órgãos autárquicos eram vistas numa perspectiva negativa para o serviço social que as colectividades deviam prestar, pensava que efectivamente era correcto a Câmara rever a sua política de apoios e a sua política de subsídios sempre que houvessem desvios.-----

-----Em relação ao sector das pescas que era uma questão que permanentemente preocupava a todos, o Membro João Lopes levantara a questão da preocupação permanente dos órgãos autárquicos no acompanhamento do problema mas depois punha o aspecto pela negativa da sua ineficácia dando a ideia que se era ineficaz porque se queria e que se poderia fazer outras coisas para tornar a acção eficaz. O conhecimento que ele pessoalmente tinha sobre a questão, que não era obviamente profundo, não via que quer a nível local quer a nível central muitas das coisas pudessem passar a eficazes porque muitas destas questões não dependiam só de Sesimbra ou do Governo de Portugal. Quer se quisesse ou não estávamos inseridos numa comunidade europeia que tinha as suas regras e princípios e quando tínhamos que ir cultivar à horta alheia se o proprietário da horta não deixava lá entrar não tínhamos onde cultivar.-----

----- Compreendia a preocupação do João Lopes que também era a preocupação do colectivo, mas não via que outro tipo de acção a nível local pudesse ser tomada no sentido da acção passar a ser eficaz. Decerto que o Membro João Lopes não poria em dúvida que se houvesse, quer ele quer todos os autarcas se empenhariam na resolução da situação. -----

-----Quanto às referências do Membro José Pedro no que respeitava ao Arquivo Municipal tivera oportunidade de juntamente com os restantes membros da Assembleia Municipal e da Câmara de fazer uma visita às instalações do Arquivo Municipal. Trabalhara alguns anos da sua vida no sector de arquivo, e na altura da visita tivera oportunidade de felicitar a responsável pelo serviço e o vereador do Pelouro pelo que considerava o magnífico trabalho desenvolvido no sector. Era um trabalho difícil que normalmente não era valorizado mas era extremamente importante e só era

valorizado quando a desorganização imperava e não havia arquivo. Quando havia arquivo com a eficácia daquele e com os cuidados de protecção que aquele apresentava parecia-lhe extremamente importante. -----

-----Para além das críticas que se devia fazer para o Concelho ser melhor também se devia estimular aqueles que faziam trabalhos competentes e que eram bem feitos no Concelho e aquele trabalho, independentemente das forças políticas que o tinham desenvolvido, era meritório do ponto de vista do que lá estava feito e a Câmara no seu colectivo tinha o seu quinhão porque impulsionara para que aquilo fosse possível. -----

-----**O Membro João Capítulo** disse que era evidente que compreendia as preocupações do Membro João Lopes como Sesimbrense ligado ao mar, que no fundo eram as preocupações de todos que viviam em Sesimbra e que de algum modo dependiam do mar. Queria realçar no entanto que não estava de acordo quando ele dizia que se tinha feito pouco e que a eficácia era zero. O Membro Miguel Bastos já afirmara que não se podia colher as alfaces do quintal do vizinho se este não autorizasse e o Membro João Lopes sabia isso melhor que ninguém. Estivera hoje quatro horas com o Secretário de Estado, e fora explicado e discutido que isto era um problema que não se resolvia só porque o Secretário de Estado, o Amadeu Penim ou o João Lopes queriam. Todos queriam resolver o problema mas ele transcendia o próprio universo do País. Hoje Portugal fazia parte de uma comunidade. -----

-----Tirando as facadinhas no matrimónio que o Membro João Lopes fazia para tentar resolver o problema das pescas, que eram as negociações directas com Marrocos, já lhe fora explicado várias vezes porque é que aquilo não podia acontecer. Podia acontecer de empresas para empresas. Já hoje o Secretário de Estado tivera o cuidado de realçar aquela situação. Haviam as sociedades mistas que até hoje não interessavam aos nossos empresários, mas haviam outras soluções, nomeadamente privados para privados, e os espanhóis tinham algumas soluções daquelas, não sabia se eram as melhores mas eram soluções. -----

-----De qualquer forma o problema tinha que ser solucionado através da União Europeia e só por má fé é que se duvidava que as pessoas que andavam de um lado para outro a tentar resolver e a pressionar, acompanhados por indivíduos do sector, empresários e pescadores que testemunhavam o esforço que era feito nas instâncias da União Europeia, nas instâncias portuguesas e em todo o lado, só por querer dar facadinhas no matrimónio é que se levantava a questão naqueles termos. -----

-----Hoje na reunião onde o Membro João Lopes estivera tinha havido um camarada da sua bancada que defendera o que o Membro João Lopes defendera, ou seja que as embarcações de pesca deviam ter um subsídio tal qual como tinham, até se calhar superior, mas deviam estar activas. Portanto não era novidade nenhuma. O problema era tão grave que não podia ser tratado a nível partidário. Devia haver uma certa compostura na abordagem do problema porque estavam em jogo interesses da nossa terra e das nossas gentes e não havia quem vestisse mais a camisola do que outros porque todos estavam interessados em resolver o problema. -----

-----Usou depois da palavra o **Presidente da Câmara Municipal** que iniciou a sua intervenção respondendo ao Membro Carlos Afonso referindo que na primeira fase do programa POLIS, fora o Governo que escolhera as cidades onde iria ser aplicado o programa, no entanto a Câmara tinha conhecimento que o PIDDAC ía prever uma verba que iria ser canalizada para a requalificação das zonas urbanas e suburbanas das cidades e Vilas e naturalmente que Sesimbra estaria na linha da frente quanto à sua candidatura. -----

-----No que respeitava ao mau relacionamento entre os Grupos Desportivos de Sesimbra e Alfarim, também era do conhecimento público os motivos que levavam a este mau relacionamento que aliás já vinha de trás e era entre algumas pessoas que compunham os órgãos sociais dos dois grupos. A Câmara Municipal, o Vereador do Pelouro e ele próprio, atentos ao que se passava no movimento associativo, assim que haviam tido conhecimento do assunto convidaram as direcções dos dois grupos para uma reunião com o objectivo de colocar, uma vez por todas, os grupos do Concelho de frente uns para os outros na competição desportiva dentro das 4 linhas disputando até à exaustão a vitória mas também no relacionamento entre eles, que deveria ser o melhor possível. ----

-----Quanto às críticas formuladas no que respeitava ao apoio ao movimento associativo, mais uma vez queria recordar que não tinha havido nenhuma deliberação de Câmara em termos de apoio ao movimento associativo que não tivesse sido por unanimidade. O Membro Carlos Afonso estava no seu direito de criticar a atitude que o colectivo da Câmara tomava em termos de apoio ao movimento associativo. -----

-----Admirava-se no entanto que o Membro Carlos Afonso que estava tão bem informado sobre o que se passava no movimento associativo não se referisse ao problema grave que se estava a passar na Sociedade Musical Sesimbrense entre os corpos sociais e a banda, onde ele próprio, depois de ter recebido um grupo de músicos convidara a conversar com ele o Sr. Presidente da

Direcção da Sociedade Musical Sesimbrense, ouvira ambas as partes e concluía que apesar de todos os esforços que ele pudesse fazer não tinha hipótese de levar a Banda Musical a actuar na Festa da Senhora da Luz nem na Festa da Senhora do Cabo, onde os peregrinos muito haviam reclamado pela ausência da Banda. -----

-----Portanto a Câmara e ele em particular preocupava-se com o que se passava no movimento associativo. -----

-----Quanto à intervenção do Membro João Lopes queria testemunhar a excelente intervenção que hoje fizera no debate subordinado ao tema "Setúbal na rede" transmitido em directo pela Rádio Santiago sobre a renegociação do acordo de pescas com Marrocos tendo em conta vários vectores entre eles a perspectiva de futuro para os pescadores de Sesimbra e o impacto que o problema da frota não estar a operar em Marrocos. O Membro João Lopes tivera uma intervenção brilhante e defendera, como todos defendiam, as posições dos armadores, dos pescadores, pequenos comerciantes, dos produtores de gelo, dos construtores navais, dos negociantes de peixe, enfim de todos aqueles que estavam directa ou indirectamente relacionados com a pesca. -----

-----Mas quando dizia que a eficácia por parte da Câmara era zero perguntava quem era o Presidente da Câmara para solicitar ao Comissário Phichler que o recebesse para conversar com ele a sós sobre o problema das pescas em Sesimbra, mas podia dizer que hoje o Secretário de Estado das Pescas dissera que o Comissário Phichler ouvira-o atentamente em Bruxelas e respondera que compreendia a preocupação, sabia que era grave em termos sociais para a terra aquilo por que estava a passar mas não podia ir para o Primeiro Ministro Marroquino evocar os problemas sociais porque problemas sócio-económicos também Marrocos tinha e bastantes. -----

-----A Câmara vinha fazendo tudo o que estava ao seu alcance para fazer chegar a sua voz. O Rei de Marrocos havia demitido o Ministro das pescas e atribuía-lhe outro ministério e o Membro João Lopes ouvira hoje o Secretário de Estado dizer que o próprio Rei assumira a responsabilidade do processo e seria ele que iria decidir. -----

-----O Governo, segundo os contactos que vinha mantendo com o Secretário de Estado e com o Ministro, no seu entender, vinha fazendo aquilo que podia junto da União Europeia e Portugal como membro da União Europeia era impensável a realização de acordos bilaterais. -----

-----Todos, sem excepção, sabiam que era importante para a terra que houvesse acordo, era importante que a frota fosse novamente para o mar e que se passasse de novo a vender peixe, e

todos se vinham esforçando nesse sentido dentro das suas possibilidades para que a situação se invertesse e Sesimbra passasse a ter um melhor nível ou pelo menos idêntico ao de 1999.-----

-----Respondendo depois ao Membro José Pedro Simplício, o Presidente da Câmara disse que o aquele membro constatara relativamente ao arquivo municipal era uma realidade reconhecida por todos os que vinham visitando aquelas instalações para consulta a documentos lá existentes. Quanto ao facto de serem provisórias, ou não, a ideia da Câmara era quando fosse construído o novo edifício para instalações dos serviços camarários, o actual Paços do Concelho ser destinado ao arquivo municipal.-----

-----Seria celebrado brevemente um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia através do qual a Misericórdia passaria a depositar o seu fundo no Arquivo. A Câmara também vinha fazendo contactos com particulares e demais instituições no sentido de lá colocarem os seus fundos porque seriam bem guardados e preservados. -----

-----Quanto à rede viária do Castelo e à estrada romana, como era do conhecimento geral fora lá construída uma conduta de água e a Câmara limitara-se a tapar e apenas fora feito o folheto a dar conhecimento da existência da estrada romana e colocadas marcas identificativas do trajecto para o Castelo.-----

-----No que respeitava à Casa do Bispo ela seria a futura sede do Museu Municipal de Sesimbra num Programa Integrado em todo o Património do Concelho. A Câmara já aprovara um anteprojecto, o projecto já estava na fase da especialidade.-----

-----Relativamente à Capela do Espírito Santo confirmava-se que o início da obra de cobertura definitiva, das fachadas e das janelas, estava prevista para o final do ano uma vez que a Câmara já aprovara e deliberara participar na obra.-----

-----Informou em seguida que no passado dia 9 deste mês quer o Grupo Desportivo de Sesimbra quer a Associação de Cultura e Recreio União Trabalhadora Zambujalense haviam assinado na Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território os contratos programa, no caso do Grupo Desportivo de Sesimbra, para a construção da piscina a participação de 100 mil contos e também já recebera do IND para a sala de desporto, e em breve o Grupo Desportivo de Sesimbra estaria em condições, depois de remeter alguma documentação à DRAOT, de pôr a obra a concurso. Quanto à ACRUTZ para o seu complexo desportivo e instalações desportivas de base formativa também assinara o protocolo e iria receber uma verba de 91 mil contos, tendo também por parte do

IND a confirmação da garantia de 16.400 contos. Para estas duas obras de interesse municipal a Câmara iria comparticipar em 25% do custo das obras. -----

-----Cedido o uso da palavra ao **Vereador Alberto Gameiro**, este respondendo ao Membro José António, disse que terminara há pouco tempo a obra da central elevatória de esgotos, que fora, ao fim e ao cabo, a construção coordenada pela Câmara Municipal de Setúbal, onde iria ser ligado o emissário 3 que já estava ligado na parte do Conde 1, mas a central elevatória ainda não estava em funcionamento. Já fora feito todo o trabalho de ligação à nossa obra de entrada da ETAR mas a Câmara de Setúbal também tinha que fazer o trabalho que nós já estávamos a fazer na Quinta do Conde, ou seja, dirigir para a rede nova os esgotos da zona dos Brejos e Azeitão, e era esse trabalho que a Câmara Municipal de Setúbal estava a fazer neste momento. -----

-----Ainda há pouco tempo tivera uma reunião com o Vereador Mota Ramos onde lhe fora explicada a razão por que não chegava já caudal na nossa obra de entrada da central elevatória de esgotos porque iria ajudar uma vez que se acabara o vai vem dos limpa fossas para a Ribeira. Fora arranjado um local alternativo para os despejos dos limpa fossas e o caudal que viesse da Câmara Municipal de Setúbal para a obra de entrada iria ajudar a diluir o produto proveniente dos limpa fossas. A Câmara de Setúbal estava a trabalhar e tivera que substituir uma conduta que dava ao Pinhal de Negreiros que vinha dos esgotos de Azeitão porque a cota da conduta que estava feita não permitia a ligação directamente para a conduta que tinham feito agora por isso a Câmara de Sesimbra estava a aguardar que a Câmara de Setúbal comunicasse quando é que estavam em condições de fazer chegar caudal. -----

----- Para a própria central elevatória funcionar também a Câmara de Setúbal tinha que garantir um determinado mínimo de caudal para as bombas poderem funcionar adequadamente. -----

-----A central elevatória já fora testada com água que lá fora colocada, mas não estava a fazer entrada de esgotos porque eles ainda não estavam lá a chegar. Eram situações que a Câmara de Setúbal estava a tentar resolver nomeadamente os esgotos que vinham dos Brejos e das Lagoas que vinham dar à zona que o Membro José António referira. -----

-----Falou depois o **Membro João Lopes** referindo que na língua portuguesa se podia dar vários nomes à mesma coisa e seria provavelmente isso que estava a acontecer. -----

-----Ele chamava ineficácia porque entretanto se deixara expirar o acordo de Marrocos e não se fizera nada que evitasse aquela situação. -----

-----Considerava ineficácia porque entretanto o Governo pressionava muito pouco junto da Comunidade a ponto de num ano apenas se realizarem duas reuniões de Comissões técnicas para decidir este mesmo problema. -----

----- Considerava ineficácia quando o Governo detivera a presidência da comunidade europeia e não conseguira propor a alteração do quadro comunitário de forma a que se pudesse encetar negociações bilaterais com o Governo Marroquino. -----

----- Considerava ineficácia por independentemente disto tudo, ele tivesse proposto logo de início, à tutela das pescas, que não deixasse os homens parados porque existia alternativa aos recursos dos Açores, da Madeira, aos recursos do Continente que era o alargamento da pesca do cerco, do palangre de fundo e do palangre de superfície, porque se a costa dos Açores podia ser explorada pelos espanhóis e pelos japoneses com arrasto de fundo de forma a degradar os fundos e as espécies, onde neste momento os açoreanos estavam a auferir uma média de 40 contos mensais, e os portugueses não podiam lá pescar com anzol, porque era preferível ser abrangido por um subsídio.-----

-----Aceitava que não concordassem com ele e que dessem outro nome aos factos enunciados, mas com todo o respeito que tinha aos presentes, ele continuava a achar que era ineficácia e não estava a fazer questões político-partidárias, aliás em lado algum quando apresentava questões sobre o sector ele fazia política partidária, na Assembleia Municipal já estava em condições de fazer pois era seu dever, mas o que acima de tudo estava a manifestar era a sua preocupação em relação ao sector das pescas e a defesa de ideias que não haviam sido aceites porque não se justificava a paralisação da frota. Os armadores e pescadores deviam ter continuado a trabalhar e em vez disso estava-se a avançar para a descaracterização do concelho.-----

-----Prosseguiu a sua intervenção dizendo que constatara que no dia 11 de Outubro os esgotos corriam para a praia e no dia 14 que era um Sábado ainda haviam poços desse esgoto na praia. Admitia perfeitamente que houvessem argumentos de defesa para que estas situações continuassem a suceder mas não podia admitir que isto numa gestão anterior fosse tão criticada e hoje os esgotos ainda corriam para a praia. -----

-----Terminando a sua intervenção disse que uma vez que o assunto preocupava, e muito bem, os responsáveis deste Concelho, ele e a Direcção da Sociedade Musical Sesimbrense aceitavam que quer a Assembleia Municipal quer o Executivo desenvolvessem as directrizes possíveis para colocar

a conhecimento tudo o que se estava a passar na Sociedade Musical Sesimbrense, uma vez que o assunto fora chamado a plenário. -----

-----Interveio depois o **Membro Carlos Afonso** que disse que a questão que abordara, sobre as colectividades e o problema que se estava a sentir, tinha incomodado o Presidente da Câmara que levava a questão para a matéria política dando a entender que ele não focara o problema da Sociedade Musical Sesimbrense visto o Presidente ser da sua Bancada, mas ele focara o problema do Grupo Desportivo de Sesimbra e do Grupo Desportivo de Alfarim porque a Assembleia Municipal recebera um ofício do Grupo Desportivo de Alfarim relatando a situação e ele tivera conhecimento do mesmo através do mapa do expediente, por isso referira o assunto, como qualquer Membro o poderia ter feito. -----

-----O Presidente da Câmara ficara incomodado e viera com a cassete habitual de que os subsídios eram atribuídos por unanimidade, mas ele não tinha nada a ver com a posição dos seus camaradas na Câmara. -----

-----**O Membro Miguel Bastos** disse que na sua intervenção anterior subjectivamente referira a questão da Sociedade Musical Sesimbrense mas queria deixar claro, e de uma forma inequívoca, que não considerava que a Assembleia se devesse meter no problema interno da Sociedade Musical Sesimbrense. Tinha o maior apreço pelo Presidente da Sociedade e decerto estaria preocupado na resolução do problema. Só o focara por, na sua perspectiva política da questão, achar que o Membro Carlos Afonso se queria aproveitar da Assembleia politicamente para acusar a Câmara na sua política de subsídios. Não manifestara a seu ver grande preocupação na problemática das colectividades mas sim a sua preocupação em criticar a Câmara na sua política de subsídios.-----

-----Queria deixar de uma forma clara que da sua parte e da sua bancada, não existia qualquer tipo de atitude crítica ou juízo de valores em relação à Sociedade Musical Sesimbrense nem o deviam fazer, e dentro dessa perspectiva nunca se imiscuiriam nos seus problemas, tinha sim a obrigação de politicamente manifestar a sua solidariedade ao Presidente se ele necessitasse do apoio, enquanto instituição democrática e representativa da população, fosse de que forma fosse, já sabia que podia contar com eles. Tinha plena confiança nos corpos gerentes da sociedade e na sua vida associativa e democrática para resolverem e ultrapassarem os seus problemas. -----

-----Era claro que enquanto autarca, membro da Assembleia e vivendo no Concelho e sendo a Sociedade Musical Sesimbrense um vector de intervenção de todo o interesse público, o preocupava

se os problemas existentes tivessem reflexos na prestação útil que aquela sociedade habituara a todos. A sua preocupação e a da sua bancada era só naquela perspectiva e nunca de juízos de valor fosse de que forma fosse.-----

-----**O Presidente da Câmara** disse que queria que ficasse claro que os contactos que tivera com o Presidente da Direcção da Sociedade Musical Sesimbrense que era o Membro João Lopes e com os músicos, ele ficara esclarecido sobre aquela problemática, tanto que decidira que a Câmara não tinha necessidade de intervir. A ele, como Presidente da Câmara, o que o preocupava era a Banda não actuar.-----

-----Quanto ao esgoto correr para a praia, haviam duas espécies de esgoto, o doméstico e o pluvial. O doméstico estava a ser bombeado 24 horas dias para a ETAR desde Janeiro, razão pela qual, finalmente, as análises das águas das praias de Sesimbra eram de Boa Qualidade. -----

-----O que o Membro João Lopes vira fora águas pluviais que desciam o ribeiro, mas admitia que existissem ligações clandestinas. O esgoto estava a ser bombeado 24 horas por dia, tinham novos grupo de elevação, tinham desde o início do verão os grupos geradores, a entrada em pleno do sistema de saneamento na Vila de Sesimbra estava para breve, e quando a Câmara caçasse todas as ligações clandestinas que existiam ao longo dos dois ribeiros, melhores condições a Câmara teria para servir a Vila. A Câmara estava a fazer uma pesquisa ao mercado para aquisição de serviços para detecção das ligações clandestinas. -----

-----Disse depois que não ficara incomodado com a intervenção do Carlos Afonso, ele é que se incomodara. A matéria de política de subsídios da Câmara ao movimento associativo estava definida e se era cassete não estava falhada. -----

-----Encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao Período da Ordem do Dia abrindo a discussão do Ponto 1 **Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal**, tendo informado que o assunto baixara à Comissão "B" que o apreciara e recomendava a sua aprovação. -----

-----Abertas as inscrições usou da palavra o **Membro João Lopes** que disse que não sabia se a Assembleia Municipal tinha poder para alterar os Estatutos, mas no artigo 7º. que correspondia à competência da Assembleia Intermunicipal era referido na alínea r): "Autorizar a Associação a criar empresas pública e intermunicipais e fundações (...)" pelo que perguntava se não seria possível incluir a palavra "participar" ficando com a seguinte redacção: "Autorizar a Associação a criar e a

participar em empresas pública e intermunicipais e fundações (...)", porque no nº. 5 do mesmo artigo era referido "para efeitos das alíneas r) e s) do nº. 1 entende-se que as empresas a criar ou participar podem (...)", para além de neste artigo não ser referenciada a palavra "fundações".-----

-----Em relação à alínea s) do nº. 1 do mesmo artigo que dizia: "Autorizar a Associação a associar-se com outras entidades públicas, cooperativas ou privadas e a participar em empresas privadas de âmbito regional, que prossigam (...)", perguntava se não podia ser incluída a palavra "nacional".-----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** respondeu ao Membro João Lopes que a Assembleia Municipal do ponto de vista formal podia fazer alterações aos regulamentos mas não era muito prático em plenário, era preferível serem apreciados no âmbito de uma Comissão. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que aquelas questões deveriam ter sido colocadas na reunião da Comissão. O Conselho de Administração da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal aprovava a alteração aos estatutos face à obrigatoriedade da nova legislação. A Associação antes de aprovar solicitara um parecer jurídico. A Câmara também solicitara um parecer ao consultor jurídico. Sabia que a Associação de Municípios estava a aguardar a resposta do Município de Sesimbra porque se não era o último era o penúltimo a responder. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** sugeriu que as propostas de alteração apresentadas pelo Membro João Lopes, que aliás tinha toda a legitimidade para o fazer, baixassem à Comissão "B" para uma melhor clarificação. -----

-----**O Membro João Lopes** disse que não era sua intenção protelar a situação, mas perguntava se ele durante uma semana que era o tempo que detinha o documento em seu poder, tinha a possibilidade de colocar as questões. Como só agora tivera a oportunidade de as colocar tinha-o feito mas aceitava perfeitamente que a Assembleia Municipal as aprovasse independentemente de considerar que com as suas sugestões o documento ficasse melhorado. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** acrescentou que a reunião da Comissão se realizara ontem e que por vezes tinha que haver alguma coordenação entre os membros para a realização das reuniões das Comissões. -----

-----O ofício da Câmara tinha a data de 4 de Outubro, dera entrada na Assembleia a 4 de Outubro, dia 5 de Outubro fora feriado, ele despachara a 6 de Outubro para baixar à Comissão. Fora enviado aos membros da Comissão "B" a 6 de Outubro que era uma Sexta-feira, entre os quais

estava o membro João Lopes e aos restantes membros fora enviado em conjunto com a convocatória a 9 de Outubro que fora uma Segunda-feira. Portanto o processo não poderia ter sido mais célere.-----

-----**O Membro João Capítulo** disse que quando queria saber alguma coisa sobre a AMDS tinha que ligar a Rádio de Palmela e seria bom que a Associação se lembrasse que a Rádio Santiago existia.-----

----- Não havendo mais intervenções **o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta de alteração aos Estatutos da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, que aqui se dá como reproduzida, tendo merecido aprovação unânime.**-----

-----Seguidamente deu início ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos: **Lançamento da Derrama sobre a Colecta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) para o ano 2001**

-----Informou que o processo baixara à Comissão "B" que o apreciara e emitira o parecer de remeter para o plenário a decisão.-----

-----Aberta a discussão usou da palavra **o Membro Carlos Afonso** que disse que se poderia justificar o lançamento de uma derrama dentro de uma conjuntura desfavorável, mas hoje em dia, com os números que eram dados a conhecer que demonstravam uma conjuntura favorável não se justificava, na sua opinião, o lançamento da derrama.-----

-----A Câmara nos últimos três anos vinha a gerir os destinos do Concelho com Planos e Orçamentos cujos valores todos os anos subiam, no primeiro ano de gestão sete milhões e tal, no segundo ano quase oito milhões de contos, no corrente ano nove milhões e tal contos e provavelmente o próximo orçamento ultrapassaria os dez milhões. Avançar com uma derrama para arrecadar às empresas que tivessem lucros no Concelho na ordem dos 100 mil contos talvez não se justificasse, tanto mais tendo em atenção os argumentos do PS no passado de que divisão do produto da derrama por 30 ou 40 obras não era solução e agora propunha para 40 ou 50 obras, pelo que perguntava se o produto a arrecadar era mesmo para aquelas obras mesmo com parcelas diminutas, e se elas iam ficar concluídas.-----

-----A Câmara dizia que se previa uma redução de receitas municipais, um decréscimo de arrecadação de sisa, um decréscimo em termos de taxas e cedências, uma baixa do investimento privado no Concelho e previa-se a subida das taxas de juro, mas o que o surpreendia era o facto de ser muito difícil à Câmara a redução das despesas correntes bem como a redução dos encargos fixos

da Câmara. Aquilo era importante porque quando o PS era oposição dizia sempre que as despesas correntes eram exageradas mas hoje a Câmara não se preocupava em reduzir as despesas correntes. Quando fosse a altura da discussão do orçamento logo se veria qual o acréscimo das despesas correntes proposto pelo PS. -----

-----A proposta da Câmara também dizia "mantendo-se a necessidade de apoio forte e continuado às instituições (...) que estão ávidas deste dinheiro...", ou seja se a derrama não passasse a dinâmica socialista ficava quebrada. Mas era óbvio que a derrama iria passar, o partido socialista tinha a maioria absoluta e não precisava dos votos da oposição. -----

-----Terminou dizendo que era preocupante quando a Câmara afirmava que era muito difícil travar as despesas correntes. -----

-----**O Membro José Pedro Francisco** iniciou a sua intervenção dizendo que a sua Bancada estava à espera de encontrar na documentação uma fundamentação objectiva e pragmática da deliberação da Câmara. Encontrava um memorando de investimentos apresentado de um modo exuberante, e na sua opinião menos próprio. Considerava a Câmara pouco realista porque era falta de realismo ter a pretensão de afectar como suporte de investimento os cerca de 80 a 90 mil contos, que era no fundo a receita prevista da derrama, a obras como o saneamento da bacia de Sesimbra ou da Quinta do Conde, remodelação da ETAR da Ferraria e reforço do sistema de abastecimento de água ao Concelho, quando essas obras orçavam em cerca de três milhões e trezentos mil contos segundo documento fornecido pela Câmara Municipal de Sesimbra. -----

----- Parecia-lhe que aquela fundamentação estava ferida quanto a dois aspectos, em primeiro lugar a Câmara Municipal de Sesimbra voltava a não operar uma consignação de receita a franjas e fracções no investimento, ou seja com o documento que a Câmara facultara não se sabia de entre os oitenta ou noventa mil a cobrar o que é que seria direccionado para a obra de saneamento da bacia de Sesimbra, saneamento da freguesia da Quinta do Conde, remodelação da ETAR da Ferraria e reforço do sistema de abastecimento de água ao Concelho. -----

----- Este era um elemento essencial a constar nas propostas do lançamento de derrama. -----

-----Em segundo lugar parecia-lhe pouco pragmática a proposta. A Câmara Municipal de Sesimbra parecia que estava a querer fazer tudo com pouco dinheiro. -----

-----Em sua opinião, com aquele tipo de receita seria muito mais interessante a Câmara Municipal apostar num pequeno investimento e na pequena obra, no domínio da salubridade,

saneamento, no abastecimento público, seria mais realista e mais objectivo. Pensava que a afectação daquele tipo de receita, no modo como estava a ser feito, não era favorável à dinâmica do investimento. -----

-----Usou, depois da palavra, o **Membro João Lopes** que disse que a Câmara estava a fazer uma coisa que lhe era permitida pela Lei 42/98 mas o esclarecimento que pretendia era se o lançamento da derrama era aplicada a todos os empresários do Concelho, porque a ser, não era justo porque estava prevista a instalação de mais uma média superfície o que era uma afronta ao pequeno empresário e ao pequeno comerciante. Havia um conjunto de pequenos empresários que estavam em dificuldades no Concelho. -----

-----Falou depois o **Membro Miguel Bastos** que disse que quem acompanhava há anos a actividade da Assembleia Municipal já devia saber toda a argumentação que sistematicamente se colocava em relação ao lançamento da derrama, mas chegava o momento em que se tinha que chamar as coisas pelos nomes, porque qualquer uma das Bancadas achava que devia reduzir as despesas correntes como forma de tentativa de melhoria de gestão, mas a questão era se no concreto e no objectivo aquilo era possível ser efectuado e o que a sua Bancada constatara da análise política e de gestão era de que o actual Município tinha compromissos de gestão que tornava praticamente inviável, a curto prazo ou a médio prazo, a transformação de uma melhoria significativa das despesas correntes. Quem pegasse na Câmara não era em três ou quatro anos que modificava determinado tipo de compromissos existentes e de mentalidades e se se quisesse ir ao fundo das questões grande parte da problemática existente tinha que ser resolvida não a nível do Município mas a nível do poder central e da Assembleia da República porque quando se pagava a um técnico ou a outro colaborador licenciado ou não, e quando não se arranjava ninguém porque abriam concursos e não concorria ninguém, haviam outros que concorriam com a certeza porém que a base de vencimento teria que ser compensada com um conjunto de acções e trabalhos para valer a pena trabalhar porque senão iam-se embora e isto não era de hoje mas de 15 ou 20 anos. -----

----- Portanto ou a conjuntura global do país e do concelho por arraste, se ía mudando pouco a pouco e havia um conjunto de parâmetros que se iam modificando ou então só uma câmara “camicase” é que assumia o compromisso de chegar ali e cortar a eito porque isso era o perfeito suicídio. -----

----- Apesar do poder autárquico ao longo de 25 anos ter sido extremamente empenhado a

resolver situações, todos haviam cometido erros, e estavam a anos luz de resolver todos os problemas básicos da população, porque como o Membro João Lopes dissera os esgotos ainda corriam para a praia ao fim de 25 anos, mas pensava que a resolução estava para muito breve. -----

-----Sabia-se também que a realidade que se vivia no Concelho a nível do abastecimento da água, que era outro dos problemas básicos e fundamentais, estava preso por arames porque ainda há pouco tempo não se sabia que água saía da Apostiça, que água se perdia, etc., isto para não se falar em termos do esgoto na freguesia do Castelo. Custava-lhe aprovar uma derrama que significava mais uma sobrecarga para alguns munícipes do Concelho, no entanto, tinha a esperança de que esse pouco juntado ao resto desse para solucionar algum problema que a Câmara ía enfrentando e que colectivamente todos estavam empenhados em resolver. -----

-----Usou depois da palavra o **Membro Carlos Afonso** que disse que a Câmara tinha apanhado um período de conjuntura favorável económico-financeira e que a argumentação apresentada não era suficiente. A desculpa do aumento do preço do barril do petróleo não era argumento. -----

-----O **Membro Miguel Bastos** disse que aceitava que o Membro Carlos Afonso não gostasse da argumentação para o lançamento da derrama mas decerto lhe agradava, do ponto de vista político, um conjunto de alterações que infelizmente se previam a curto e médio prazos. -----

-----Cedido o uso da palavra ao **Vice-Presidente Manuel José Pereira** este disse que queria clarificar uma situação face à última afirmação do Membro Carlos Afonso, porque lhe parecia que aquele Membro não percebia porque é que se falava no preço do petróleo. Não queria que passasse para as outras pessoas aquela falha de percepção, mas bastava dizer que o preço do petróleo tinha impacto em quase tudo, nomeadamente nos bens que a Câmara não podia deixar de consumir. E não era só o aumento do combustível mas também o aumento da frota automóvel que estava de rastos e se tivera que investir fortemente, carros de recolha de lixo, carros para os mais diversos serviços e não eram carros sumptuosos nem despesas luxuosas. Mesmo que se quisesse reduzir, em termos absolutos, a despesa corrente, e quando se falava em redução da despesa corrente não se tinha que necessariamente falar em redução em valor absoluto da despesa corrente. Bastava aumentar a produtividade da despesa para se estar a reduzir despesa, ou seja estavam com a mesma quantidade de despesa corrente a fazer mais obra e mais investimento. -----

-----Convinha fazer um trabalho que considerava interessante que era comparar ao longo dos 25 ou 26 anos de gestão democrática os momentos de boa conjuntura como o Membro Carlos Afonso

referira com os desempenhos das Câmaras nesses períodos. Num ciclo económico de 25 anos não havia só uma conjuntura, a menos que estivesse a reconhecer que o Governo do António Guterres era o único que sabia criar boas conjunturas quer ao nível político nacional quer ao nível europeu. Era óbvio que não tinha sido só agora que tinha havido boas conjunturas e quer os socialistas quer os comunistas tinham reconhecido ao Cavaco e Silva boas conjunturas económicas e bom desenvolvimento do País. -----

-----A redução das despesas correntes obtinha-se fazendo um trabalho sério de reestruturação dos serviços, que estava a ser feito, fazendo contas de que o que se gastasse tivesse bons reflexos ao nível dos indicadores de produtividade alcançados, isso é que era reduzir despesas correntes e não dizer que este gastara 200 e para o ano tinha que gastar 190. -----

-----A questão de ser muitas ou poucas obras, o Membro Miguel Bastos já respondera que mesmo pouco dava uma ajuda e o importante era que se pudesse transmitir aos empresários de todo o concelho que se estava a investir de forma equilibrada no desenvolvimento harmonioso de todo o Concelho, daí ter focado várias obras e não uma obra simbólica como o Membro José Pedro referira, porque ainda existiam muitas obras importantes para realizar. Aceitava que o produto, ainda que reduzido da derrama, fosse mais uma garantia de que de facto a Câmara, se é que era preciso dá-la, estava a investir fortemente nas grandes infraestruturas necessárias ao Concelho.-----

-----Não havendo mais intervenções **o Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal no sentido do lançamento de uma derrama de 10% sobre a colecta do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) para o ano de 2001, cujo produto será destinado a co-financiar a quota parte do investimento do Município nas obras abaixo indicadas, tendo sido aprovada, por maioria com 13 votos a favor da Bancada do PS e 9 abstenções das Bancadas da CDU e do PSD:** -----

-----**Saneamento da Bacia de Sesimbra;** -----

-----**Remodelação da ETAR da Ferraria;** -----

-----**Saneamento da Freguesia da Quinta do Conde;**-----

-----**Reforço do sistema de abastecimento de Água ao Concelho.** -----

-----O Membro José Pedro Simplício prestou, em nome da Bancada do PSD, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

-----"O Partido Social Democrata, pese embora esteja sintonizado com o espírito da derrama

enquanto suporte em investimento e reforço de capacidade financeira da Câmara Municipal não está sintonizado com o caminho menos metódico e menos favorável, tal como dissera, à dinâmica do investimento utilizado pela Câmara Municipal."-----

-----Encerrado o ponto 2, o **Presidente da Assembleia Municipal** abriu a discussão do ponto 3 da Ordem de Trabalhos "**Telegestão do sistema de água do Concelho de Sesimbra - Repartição de encargos**", tendo informado que o assunto fora apreciado pela Comissão "B", que recomendava a sua aprovação.-----

-----Aberta a discussão ninguém pretendeu usar da palavra.-----

-----**Submetida à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar que os encargos com a execução da empreitada da obra de "Telegestão do Sistema de Água do Concelho de Sesimbra", tendo em vista a respectiva cláusula contratual, sejam repartidos do seguinte modo:**-----

-----**Em 2000 - 54.445.050\$00 (sem IVA); com IVA - 57.163.303\$00, com cabimento orçamental 07.02/09.04.06, Código do Plano 08.01.01.25;**-----

-----**Em 2001 - 66.543.950\$00 (sem IVA); 69.871.147\$00 (com IVA) a cabimentar no Orçamento de 2001.**-----

-----Seguidamente os trabalhos foram suspensos por alguns minutos. Recomeçados os mesmos o **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ponto 4 da Ordem de Trabalhos: "**Celebração de contrato-programa entre a Câmara Municipal de Sesimbra e o Instituto Português do Livro e da Biblioteca**", tendo informado que também este assunto baixara à Comissão "B" que o apreciara e decidira remeter a posição para plenário. A Assembleia Municipal recebera alguma documentação adicional solicitada pela Comissão que entretanto já fora distribuída por todos os membros.-----

-----Recordou ainda que o ponto já estivera agendado na ordem de trabalho da sessão de Setembro, mas a pedido da Câmara Municipal havia sido retirado porque havia a necessidade de fazer uma alteração uma vez que a Assembleia só autorizava, ou não, a Câmara a celebrar o contrato-programa. De qualquer forma já tinha chegado informação adicional sobre o conteúdo do contrato-programa, nomeadamente quanto aos valores que era o aspecto que tinha levantado mais dúvidas na Comissão, embora a Assembleia não se pronunciasse sobre o conteúdo do contrato de acordo com as suas competências.-----

-----**O Membro José Pedro Simplicio** fazendo a síntese do assunto referiu que a Câmara Municipal de Sesimbra e o Instituto Português do Livro e da Biblioteca prestavam-se a celebrar um contrato-programa ao abrigo da Lei 111/97, da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, para a edificação da Biblioteca Pública de Sesimbra-----

-----Este contrato programa teria necessariamente que ser aprovado pela Assembleia Municipal e haviam duas formas de fazer aquilo, uma primeira forma seria a Câmara Municipal apresentar a proposta do contrato-programa com a sua minuta à Assembleia Municipal e esta se pronunciar votando essa mesma minuta, ou de outro modo, a Câmara Municipal de Sesimbra apresentar uma proposta à Assembleia no sentido da Assembleia Municipal lhe conceder uma autorização para concluir de modo efectivo o contrato-programa com o Instituto Português do Livro e da Biblioteca. Numa primeira fase a Câmara Municipal de Sesimbra seguira o primeiro caminho, ou seja remetera à Assembleia Municipal o que seria a suposta minuta do contrato-programa para que a Assembleia eventualmente se pronunciasse, e aí haviam aparecido os escolhos. -----

-----A Comissão tivera a oportunidade de constatar que aquilo que seria a minuta não passava de um formulário em fotocópia de fax, ou seja, o objecto presumia-se, o segundo outorgante presumia-se, e pensava que se continuava a presumir porque o formulário não fora preenchido e não trazia sequer o valor, e a Assembleia Municipal tinha que se pronunciar sobre um documento vazio. Parecia que alguma desorientação da Câmara Municipal levava a que se revogasse recentemente a decisão tomada em 2 de Agosto, e seguia a segunda via, ou seja, não submetia o documento à Assembleia para este ser aprovado mas pedia à Assembleia uma autorização no sentido de ser ela própria a concluir o negócio.-----

-----A Comissão reunira ontem à noite e ainda continuava sem ter os elementos constitutivos e essenciais do contrato. A Assembleia Municipal ao autorizar a Câmara a concluir o negócio estava a chamá-la a exercer faculdades que eram da Assembleia, porque a Assembleia era a primeira responsável na questão, e a Assembleia ao autorizar a Câmara tinha que condicionar e balizar a actuação da Câmara Municipal. A Assembleia tinha que saber sobre o quê iam contratar e em que condições e por que preços iam contratar e quais os custos que estavam na base do negócio. A Câmara hoje, fizera chegar aos serviços da Assembleia Municipal os elementos indicativos dos custos da obra, e entendendo aquela documentação como um anexo à proposta da Câmara, a sua Bancada não tinha obstáculos a colocar à votação.-----

-----**O Membro Carlos Afonso** disse que todos queriam ver a obra concluída e ninguém queria ver a Câmara perder o financiamento. Partindo destes dois pressupostos era óbvio que provavelmente a solicitação fosse aprovada por unanimidade. Importava no entanto referir como é que o assunto se vinha processando ao longo dos anos. As responsabilidades do Instituto eram muitas, mas não ultrapassava os 50% do investimento em termos de subsídio. Se porventura a Câmara tivesse outros subsídios de outras instituições quaisquer os 50% eram reduzidos. O Instituto não participava nem mais um escudo se a obra tivesse custos adicionais. O Instituto acompanharia em termos de fiscalização o edifício. Os dados distribuídos hoje demonstravam que eram valores estimados e fornecidos a título informal. Mas repetia o que afirmara no início queria era ver a obra e não queria de forma alguma impedir que a Câmara conseguisse o subsídio mas o que era verdade era que a Câmara era obrigada a dar quase tudo, se eram regras então estava esclarecido.-----

-----Cedida a palavra à Câmara Municipal o **Vereador Cristovão Rodrigues** iniciou por dizer que a Câmara aderira e candidatara-se à rede nacional de leitura pública. Na sequência dessa candidatura e aprovação e da decisão de efectuar a adaptação da Biblioteca Municipal ao edifício do João Mota, havia um conjunto de prerrogativas que a Câmara tinha que cumprir, nomeadamente em termos de entrega de determinada documentação.-----

-----Dessas prerrogativas fazia parte, por indicação do IPBL, a autorização da Assembleia Municipal para a Câmara assinar o contrato programa que iria fechar todo o processo.-----

-----Quando o processo fora à Câmara em 2 de Agosto tinha havido alguma confusão por parte dos serviços e fora remetido à Assembleia Municipal propondo que esta aprovasse a minuta do contrato.-----

-----Tinha havido uma má interpretação dos serviços relativamente a todo o conjunto de procedimentos formais que a Câmara tinha que cumprir. Quando o erro fora detectado decidira-se retirar o processo da Assembleia Municipal. Voltara no início de Outubro à Câmara para rectificar o lapso e agora solicitava-se que a Assembleia Municipal autorizasse a Câmara a celebrar o contrato-programa. Como era lógico essa autorização acabava por levar a que a Assembleia Municipal apreciasse a minuta do contrato programa, não que a aprovasse mas que a apreciasse, ou seja de certa forma fora o início das pretensões da Assembleia de saber os quantitativos e todo o teor e objecto do contrato a celebrar entre ambas as partes.-----

-----O contrato era da iniciativa do organismo da Administração Central que era o IPLB portanto não era da iniciativa da autarquia, ou seja competia ao IPLB dar à autarquia todos os dados referentes ao contrato a celebrar. Era o IPLB que ia financiar a 50%, portanto a autarquia não tinha que dar quase tudo. O IPLB, nas áreas que eram consideradas indispensáveis para o funcionamento de uma biblioteca BM2 (biblioteca municipal tipo 2) financiava a 50%, a autarquia, até na sequência de uma deliberação que já vinha do anterior executivo decidira adaptar o edifício João Mota que tinha uma área excedentária em termos de Biblioteca Municipal, o IPLB não participava na área total de dois mil e tal metros quadrados mas apenas em mil e seiscentos metros quadrados que era o que estava estipulado para o BM2.-----

-----De facto a autarquia para ter uma Biblioteca superior aquilo que eram as dimensões apontadas pelo IPLB arcava com a solução dos encargos, portanto o IPLB assumia 50% como assumira noutras bibliotecas municipais daquilo que eram os encargos considerados para bibliotecas BM2, e também neste caso com a autarquia de Sesimbra no montante que pensava não ser desprezável de cerca de 170 mil contos, só na parte da Biblioteca dado que a autarquia iria fazer uma candidatura a nível do IPAE (Instituto Português de Artes e Espectáculos) para a parte do cine-teatro.-Pelo facto de ser iniciativa do IPLB a autarquia não tinha podido apresentar dados antes porque não tinha em seu poder nomeadamente quanto às estimativas dos valores presentes no artigo 15.º no ponto 1 onde estavam discriminados os montantes para a obra de construção civil, estudos, para equipamento, imobiliário, fontes documentais e informática. Só hoje, e após uma grande insistência e um ofício já enviado em Agosto, é que fora possível, da parte do IPLB obter alguma informação que prontamente fora anexa e enviada à Assembleia Municipal. De qualquer forma todos os dados e montantes eram já estimados e conhecidos por parte da Assembleia Municipal dado que inclusivé estavam inclusos no último Plano de Actividades para além do processo ser público.-----

-----De qualquer forma os valores não passavam de mera estimativa dado que o Ministro da Cultura ainda não despachara o processo. -----

-----Não havendo mais intervenções **o Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal solicitando autorização para proceder à assinatura do Contrato Programa a estabelecer entre a Câmara Municipal de Sesimbra e o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, tendo merecido aprovação unânime.**-----

-----Deu em seguida início ao ponto 5 da Ordem de Trabalhos: **Doação de parcela de terreno à ACRUTZ - alteração da condição segunda da Escritura de Doação**, tendo informado que a Assembleia Municipal já se havia pronunciado sobre o assunto há algum tempo atrás, a ACRUTZ levantara algumas dúvidas quanto à clausula segunda da escritura de doação. O assunto fora reapreciado em reunião conjunta das comissões "B" e "C" cujo parecer fora distribuído a todos os membros e é do seguinte teor: -----

-----"As Comissões propõem à Assembleia Municipal a alteração da condição 2ª. da escritura que passará a consagrar: -----

-----a) A obrigação de construção do Polidesportivo e respectivas infraestruturas de apoio no prazo de cinco anos a contar da data da celebração da escritura; -----

-----b) A obrigação de construção da Sede Social no prazo de 10 anos a contar da data da celebração da escritura; -----

-----c) No caso de incumprimento de qualquer destas alíneas haverá reversão do terreno afecto às respectivas infraestruturas para a Câmara Municipal." -----

-----Aberta a discussão usou da palavra o **Membro Carlos Afonso** que disse que tinha sido extremamente positivo o requerimento apresentado pela Bancada da CDU em 8 de Abril de 1999 sobre a questão e esperava que, com os novos prazos agora estipulados, se visse alguma coisa concluído porque tinha havido uma primeira deliberação da Câmara e da Assembleia em 10 de Março de 1993 sobre a questão e de facto ao longo destes anos todos estava-se a rever datas. Provavelmente hoje em dia seria outra a Direcção da Colectividade e esperava que as novas datas que possuíam o aval da ACRUTZ tivesse o fim que todos esperavam feliz e positivo para o Concelho nomeadamente para a área da Freguesia do Castelo. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que conforme o Presidente da Câmara referira nas informações iniciais já se dera a assinatura do protocolo com a colectividade no sentido da construção do polidesportivo e como tal era um passo importante no processo. -----

-----Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o parecer emitido pelas Comissões "B" e "C", atrás transcrito tendo merecido aprovação unânime.** -----

-----Encerrada a Ordem de Trabalhos deu início ao **Período de "Intervenção Aberta ao Público"** mas nenhum munícipe diligenciou intervir. -----

----- Seguidamente, por consenso, foi solicitada a dispensa da leitura da acta em minuta da presente sessão, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respectiva assinatura.-----

-----Nesta conformidade, **o Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrados os trabalhos, eram zero horas e quinze minutos do dia 21 de Outubro.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----